



Comunicação Oral

PRÁTICAS DOCENTES E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ilma Regina Castro Saramago de SOUZA (UFGD)¹

Maria Aparecida VILAR (Rede Municipal de Ensino)²

Resumo: Este trabalho é resultado da pesquisa realizada para a conclusão do curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. A pesquisa teve como objetivo apresentar e discutir as práticas docentes e a inclusão de crianças negras, na Educação Infantil. A metodologia teve como base a pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados utilizou-se a observação nas turmas do Pré-escolar I, Pré-escolar II e Maternal II, e a entrevista com quatro professoras de um Centro de Educação Infantil (CEIM), num município no interior sulmatogrossense. Os resultados da pesquisa apontam que as práticas desenvolvidas pelas professoras da Educação Infantil, da instituição em questão, para a inclusão das crianças negras, ainda, é um desafio. Em processo de construção para a educação inclusiva, as professoras precisam se debruçar em estudos que aprofundem o seu conhecimento acerca da história e importância do negro na construção do Brasil, da sua cultura, da sua crença, das suas conquistas educacionais e dos direitos alcançados ao longo dos séculos, pois, assim poderão refletir e repensar a sua prática docente.

PALAVRAS-CHAVE: Centros de Educação Infantil. Inclusão de crianças negras. Docência.

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atuou como professora formadora no curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: ilmasaramago@hotmail.com

² Formada e Licenciada em Pedagogia pela Anhanguera-Uniderp no ano de 2012, atua como Professora Regente da Educação Infantil na rede Municipal /MS. E-mail: maryaaparecidavilar@gmail.com



Introdução

A história do negro no Brasil é pautada por acontecimentos de tráfico humano, humilhação, imposição e escravidão. Subjugados pelos colonizadores religiosos, as crianças indígenas eram obrigadas a aprender e decorar o catecismo e trabalhar para a manutenção das necessidades materiais dos missionários cristãos.

Somente a partir da resistência dos negros quanto às ações abusivas e dos movimentos sociais liderados por eles nas suas senzalas, foi possível a visibilidade imperial para com a causa. Uma das primeiras Leis que deu início a liberdade do negro foi a Lei do Ventre Livre, outorgada em 1871. A Lei declara que todas as crianças nascidas de mulheres escravas seriam livres e poderiam receber ensinamentos educacionais (FONCECA, 2011).

Marcada pela exclusão desde a sua nascença a criança negra chega às escolas públicas após a Reforma Pombalina, porém em constante luta para que seja reconhecida e respeitada nas instituições escolares que frequentam.

Nesta perspectiva este trabalho objetiva apresentar e discutir as práticas docentes e a inclusão de crianças negras na Educação Infantil. A pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil em um município no interior sul-matogrossense. Com base na pesquisa qualitativa, utilizamos dois instrumentos para a coleta de dados: a observação e a entrevista. As observações foram feitas na turma Pré-escolar I, Pré-escolar II e Maternal II. Para Belei, Gimenez-Paschoal, Nascimento e Matsumoto (2008) a observação é um processo e deve ser realizada no contexto natural, onde o fenômeno pesquisado se apresenta e manifesta suas peculiaridades. Quanto à entrevista, foi realizada com quatro professores da Educação Infantil da instituição. Os dados foram registrados, sistematizados e analisados, conforme os eixos temáticos elaborados pelas pesquisadoras.

O artigo está organizado em três subtítulos. O primeiro subtítulo, “O negro no Brasil”, descreve a chegada dos negros no Brasil como escravos e a sua trajetória de sofrimentos e lutas. O segundo subtítulo, “A criança negra e a educação escolar” discorre sobre o processo educacional, a inserção da criança negra na escola e as garantias educacionais, a partir da legislação. O terceiro subtítulo “Criança negra na Educação Infantil e o desafio das práticas pedagógicas inclusivas” discute a

prática docente na Educação Infantil, na perspectiva da inclusão. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para que os docentes reflitam as suas práticas e discutam de que forma podem trabalhar para que elas sejam realmente inclusivas.

O negro no Brasil

A história da população negra, no Brasil, é marcada por sofrimento, lutas e sonhos de liberdade. Submetidos ao trabalho escravo, na metade do século XVI, os negros eram retirados do seu país, em especial do continente africano, e embarcados em porões de navios negreiros. Em circunstâncias precárias, chegavam a grande número no Brasil. Quando os negros desceram nas terras brasileiras foram direcionados para regiões do litoral Sudeste e Nordeste. Nestes locais concentravam-se a maior parte da agricultura de cana de açúcar, café e outros tipos de plantações.

Os senhores de engenho e os latifundiários, homens ricos e poderosos, da época, utilizaram a mão de obra dos escravos e dos índios que, se encontravam na região. As primeiras embarcações com homens e mulheres negras chegaram ao Brasil por volta do ano de 1532. A luta dos migrantes, naquele momento, era manter-se vivo na busca pela sobrevivência.

A escravidão colocava os negros em condições desumanas, pois além do excesso do trabalho braçal, da precariedade de alimentação, da falta de condições para a higiene e saúde, eles sofriam violência física por parte dos capatazes de seus senhores. De acordo com a obra “Para uma história do negro no Brasil” (BRASIL, 1988), os negros tinham uma jornada de trabalho entre 14 a 16 horas diárias. Muitos deles morriam devido à consequência de doenças como tuberculose, disenteria, maleita e outras doenças.

Como os negros viviam aglomerados em senzalas e sem assistência médica, as doenças se proliferavam rapidamente fazendo sempre novas vítimas. Silva (2007) relata que nesse cenário a perspectiva de vida dessas pessoas não passava de 50 anos, pois quando não morriam em decorrência das doenças, se definham pelos maltratos recebidos. Ao não cumprirem com a carga de trabalho

e não produzirem o esperado pelos seus senhores, os homens e mulheres submetidos à escravidão recebiam punições severas. Amarrados em troncos e açoitados até sangrar, os negros passavam por humilhações das mais diversas formas.

Mediante todas as situações abusivas, inclusive sexuais contras as mulheres, os negros começaram a se organizar e a resistir. Silva (2007) relata que um importante acontecimento de resistência aconteceu na Serra da Barriga, no interior de Alagoas, quando os negros escravizados fugiram das senzalas onde viviam. Zumbi dos Palmares teve um importante papel na fuga e proteção dos negros fugitivos.

Zumbi subordinou toda a organização social às exigências da guerra, para combater os portugueses. Deslocou os mocambos para pontos estratégicos, aumentou os pontos de vigilâncias e observações na orla das matas, infiltrou espiões nos engenhos e nas cidades. Organizou o arsenal bélico, realizou investidas em engenhos para adquirir armas e munições (ARAÚJO, s/d, p. 12).

As tensões e os conflitos entre os negros e os senhores de engenhos, como relata Araújo (s/d), foram acirradas, entretanto os negros se fortaleciam gradativamente. Em 13 de maio de 1888, a história dos negros tomou nova direção, com a abolição dos escravos, sancionada pela Princesa Isabel, sob a Lei Imperial n.º 3.353, homens e mulheres foram libertados da escravidão, porém, ainda que livres da escravidão, não significava o final da luta, pelo contrário, surgia uma nova história.

A criança negra e a Educação escolar

A História da Educação inicia-se por volta do século XVI e XVII no período colonial. Liderada pela Companhia de Jesus a educação presava o ensino religioso, a fim de catequizar aqueles que, segundo a visão colonizadora, não tinha uma religião. As crianças indígenas e negras frequentavam a escola e aprendiam a rezar, conforme as orientações dos missionários cristãos. Além de receberem o ensino ministrado pelos jesuítas, as crianças trabalhavam para a manutenção do espaço, inclusive na produção agrícola.

Na compreensão de Júnior & Bittar (1999), a educação do período colonial estava revestida por uma profunda exploração autoritária e de brutalidade sobre as classes subalternas. Como filhos de pessoas submetidas à escravidão, as crianças sofriam maltratos e eram obrigadas a negarem a sua cultura e suas crenças. As doutrinas da igreja eram impostas para as crianças, e caso não decorassem as atividades do catecismo, estabelecidas pelos padres, elas sofriam castigos severos.

A partir da expulsão dos Jesuítas do Brasil, por Marquês de Pombal, no Século XVIII, e da implementação da “Reforma Pombalina”, a educação brasileira tomou novos rumos. A reforma deu início à educação pública, o que enfraqueceu as tendências religiosas. Mesmo com o advento da escola pública, ela não era lugar onde o negro transitava, pois ainda havia forte influência da escravidão.

Sem se dar por vencidos, os negros se fortaleceram e lutaram para que seus filhos estivessem na escola.

Os negros perceberam que para tentar alcançar a igualdade, para não serem mais considerados como a raça inferior, deveriam se unir para lutar por seus direitos, por meio de reivindicações, em busca de conseguir o respeito, dignidade, terras, emprego, educação, reconhecimento. A educação era vista como fundamental para eles, pois acreditavam que a educação era o caminho para resolver os problemas dos negros, que a partir dela eles seriam mais respeitados, conseguiriam arrumar emprego, ajudaria no combate ao preconceito, seriam reconhecidos (MENDES e ALVES, 2011, p. 03).

As lutas dos negros resultaram em ações sociais como, por exemplo, a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 16 de setembro de 1931, que teve como objetivo a alfabetização dos negros e a oferta de cursos profissionalizantes. Outras frentes foram organizadas e chamaram a atenção pública que pressionada incluiu, legalmente, direitos para a educação da criança negra. Balizada na Constituição Federal Brasileira de 1988, o Estatuto da Igualdade Racial, de 20 de Julho de 2010, Art. 2º decreta e sanciona as seguintes leis:

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos (BRASIL, 2010, p. 1).

O Artigo 9º, do mesmo documento, complementa “[...] a população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 2010, p. 3). Estas políticas educacionais para a inclusão do negro na educação escolar brasileira se desdobrou, dentre outras, na Resolução 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que reconhece a história do negro na construção do Brasil, bem como o respeito pelos aspectos da sua cultura.

As conquistas dos negros pela educação de qualidade, sem preconceito pela sua cor, pela sua história e cultura não têm sido uma tarefa fácil, pois, apesar de estabelecidas, elas não têm sido efetivadas conforme a Lei. A escola ainda é resistente, os professores encontram dificuldades em incluir os alunos negros nas atividades cotidianas da sala de aula, e de resolver possíveis problemáticas que surgem entre os alunos brancos e alunos negros. Tais dificuldades se apresentam, supostamente, pela construção histórica de preconceitos existentes no Brasil, ou pela falta de conhecimento das tensões e lutas que esta população viveu e tem vivido durante a sua existência. Nesta perspectiva, os diálogos entre a teoria e a prática da inclusão dos alunos negros nas escolas e Centros Educacionais Infantis continuam sendo um desafio.

Criança negra na Educação Infantil e o desafio das práticas pedagógicas Inclusivas

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2010, propõe para as crianças de 0 a 5 anos uma educação que desenvolva os conhecimentos culturais, artísticos, ambientais, científicos e tecnológicos durante o seu tempo de aprendizagem. Desta maneira, a criança deve ser respeitada em todos os seus princípios:

- I - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II - Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p. 3).

Quanto à criança negra, filhas de quilombolas, o documento especifica que elas devem ser respeitadas em seu modo próprio de vida e em suas tradições, para tanto se faz necessário valorizar e viabilizar os saberes que são transmitidos para as crianças através das suas gerações.

Para tanto é necessário que estas crianças negras encontrem no Centro de Educação Infantil o acolhimento, a possibilidade de criação e de trocas, que serão desenvolvidos através das brincadeiras com o seus pares, no momento do banho, da alimentação, da contação de histórias e em todas as atividades propostas pelas professoras. Bento (2012) afirma que a brincadeira deve fazer parte de todo o desenvolvimento da criança, pois ela estimula a sua criatividade, fantasia e possibilita o conhecimento e o respeito às regras, a socialização e a inclusão.

As entrevistas realizadas com quatro professoras do Centro Educacional Infantil do município no interior sulmatogrossense apontam que, mesmo tendo acesso aos documentos legais da Educação e especificamente documentos da Educação Infantil, há alguns equívocos que precisam ser esclarecidos. Quando a pesquisadora questiona uma das professoras (P2) a respeito de como ela inclui os seus alunos negros nas atividades diárias na sala de aula, ela responde que todas as crianças são tratadas igualmente, até mesmo nas atividades que propõe “para o ajudante do dia”. Entretanto, a olhar da professora para com a criança negra, na sua sala de aula, sugere a presença de estigma, quando afirma que “estas crianças são carentes e necessitam de carinho”, como se as crianças brancas tivessem todas as suas necessidades supridas apenas pela cor da sua pele.

Em sua entrevista, outra professora (P4) relatou que tem presenciado, na instituição, atitudes que aparentemente revelam o distanciamento entre o docente e a criança negra, e que tal atitude a incomoda profundamente.

[...] sobre o comportamento que as tias têm com os bebês negros, já presenciei momentos em que o bebezinho ficava chorando, elas não iam ao exato momento pegá-lo no colo, deixavam chorando certo momento, depois que elas iam pega-los no colo [...] (P4. Entrevista cedida a pesquisadora Maria Aparecida Vilar, em novembro de 2015).

A professora relata que os bebês negros ficam chorando por muito tempo, sem obter a atenção e o cuidado necessário por parte da professora responsável pela criança. Neste caso, o afeto, acalento e o toque poderiam acalmar o bebê,

tranquilizando-o e suprimindo as necessidades que porventura houvesse. A falta de afetividade e de aproximação física das professoras com as crianças negras nas salas, onde foram feitas as observações para a pesquisa nos chamou a atenção, pois em nenhum momento foi observado atitudes de carinho e aproximação com estas crianças, o que é bastante preocupante.

Teles (2008) salienta que o toque físico é fundamental para a autoestima da criança, pois ela sente-se protegida, cuidada e amada. Para a autora, o contato físico entre as crianças, na Educação Infantil, orientado pelas professoras, sob a forma de brincadeiras e atividades diversas, possibilita a autonomia e a percepção das diferenças. Outra abordagem destacada pela estudiosa é o estímulo e o elogio feito para a criança quanto a sua produção. A produção da criança não deve ser avaliada com base na sua cor ou origem, mas por aquilo que ela é capaz de desenvolver, produzir, expressar, criar e recriar.

O trabalho desenvolvido nos Centros de Educação Infantil para a conscientização e o respeito das diferenças resume-se em datas comemorativas, como, por exemplo, o “Dia da Consciência Negra”, comemorado no dia 20 de novembro, como reverência a morte de Zumbi de Palmares. Os demais dias do ano não são dedicados a trabalhos sobre as lutas, conquistas e desafios dos negros, sobre a sua cultura, as suas crenças e tradições.

Conforme Souza e Martinhão (2016) há entre os professores da Educação Infantil um desconhecimento do acervo literário para crianças que tem como personagem, o negro. Para as autoras, a literatura infantil é uma ferramenta imprescindível para auxiliar os professores no trabalhar sobre as diferenças, as relações étnico-raciais e para a formação e construção de identidades criança. A literatura infantil, encanta, promove situações de curiosidades, de diálogos e de convite á reflexões.

O que verifica-se nesta pesquisa, é que a prática inclusiva de crianças negras na Educação Infantil tem sido um desafio constante. Os professores precisam se aprofundar no conhecimento da história e da importância da formação dos negros para a constituição do Brasil. Precisam estudar os documentos oficiais e conhecer as legislações educacionais voltadas para os alunos negros. Precisam, ainda, desenvolver o interesse pela leitura e pesquisar acerca dos direitos humanos, da

educação inclusiva, das diferenças para que vislumbrem novas estratégias de ensino das diferenças, novas possibilidades de reflexão e reconstrução das suas práticas humanas e pedagógicas para com as crianças negras.

Considerações Finais

Os estudos sobre a temática da inclusão do negro na sociedade ganharam um largo campo na ciência, porém os estudos sobre a inclusão da criança negra na Educação Infantil são incipientes, desta forma precisam ser desenvolvidos. O desafio para a inclusão da criança negra no Centro de Educação Infantil do município no interior sulmatogrossense, ainda está em construção. Assim, é necessário que os professores da instituição estejam abertos para conhecer a história e importância do negro na Construção da sociedade brasileira. É preciso que os discursos sejam transformados em práticas para que as crianças negras não passem tempo chorando, sem assistência da sua professora, mas que receba os cuidados necessários, independente da cor da sua pele.

As práticas docentes precisam ser discutidas e repensadas, para que as crianças negras dos Centros de Educação Infantil não permaneçam inaudíveis, indivisíveis, mas que, sobretudo, recebam a atenção, o cuidado e a educação que lhes é de direito.

Referência Bibliográfica

ARAÚJO, Zezito de. **Zumbi dos Palmares**.

Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq/uploads/conteudos/zezito.pdf>

Acesso em: 10.05.2017

BELEI, Renata Aparecida; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Ednalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. O uso de entrevista, observação e vídeo gravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPeI | Pelotas [30]: 187 - 199, janeiro/junho 2008.**

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília: 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 33ed. Brasília, 2015.

_____. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1988.

_____. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Brasília: 2009.

_____. BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 2003.

BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade CEERT, 2012.

FONCECA, Marcus Vinícius. **A Educação da Criança Escrava nos Quadros da Escravidão do Escritor Joaquim Manoel de Macedo**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 231-251, jan./abr., 2011.

JÚNIOR, Amarílio Ferreira; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472-482, set./dez. 1999.

MENDES, Ana Laura R.; ALVES, Bruna Pereira. Os negros e a educação: uma luta constante. **Revista Pandora Brasil** - Edição especial Nº 4, 2011.

SILVA, Cristiane Irinéia. **Acesso das Crianças Negras à Educação Infantil: Um Estudo de Caso em Florianópolis**. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2007.

SOUZA, Ilma Regina Castro Saramago de; MARTINHÃO, Paloma dos Santos Sayão. O negro nos livros infantis: análise das práticas pedagógicas na educação infantil. **Horizontes - Revista em Educação**, v. 4, p. 135-151, 2016.

TELES, Carolina de Paula. Linguagem Escolar e a Construção da Identidade e Consciência Racial da Criança Negra na Educação Infantil. **Revista Anagrama - Revista Interdisciplinar da Graduação**. Ano 1 - Edição 4 – Junho/Agosto de 2008